

N.F. Nº - 299130.3008/16-6
NOTIFICADO - SPECIAL PHARMUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
NOTIFICANTE - JORGE TADEU COSTA DOS SANTOS E JORGE LUIZ SANTOS DA COSTA
ORIGEM - INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 31.05.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0166-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Responsabilidade do adquirente em relação à mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, quando da entrada no estabelecimento. Restou comprovado nos autos o recolhimento do ICMS/ST de parte do valor lançado. Há reparos a serem feitos no lançamento. Infração parcialmente subsistente. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em 22/12/2016 exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$2.966,55 mais multa de 60%, equivalente a R\$1.779,93 e acréscimo moratório no valor de R\$124,30 perfazendo um total de R\$4.870,78 em decorrência do cometimento de uma única infração cujo o período apuratório se fez no mês de julho 2016:

Infração 01 – 07.01.01– Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior.

Enquadramento Legal: Artigo 8º, inciso II e §3º do art. 23 da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289 do RICMS publicado pelo Decreto de nº 13.780/2012. Multa tipificada no art. 42, inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 11 a 13) e documentação comprobatória às folhas 14 a 34, protocolizada na CORAP METRO/PA SALVADOR SHOP na data de 25/01/2017 (fl. 10).

Em seu arrazoadado, a Notificada alega que não há débitos em aberto, após apreciação interna dos fatos referente às notas fiscais auditadas como se segue:

- Nota Fiscal de nº. 400.787 – Aponta que o pagamento do ICMS a título de Substituição Tributária foi efetuado no prazo, porém de forma incorreta, pois, por inconsistência nos lançamentos sistêmicos, foi atribuída a nota fiscal na escrituração da apuração da Filial de I.E. 083.979.194 e apurado valor superior ao devido (Recolhido R\$4.386,91 quando o devido levantado na própria intimação seria R\$2.580,97), por desconsiderar o benefício de redução na base de cálculo do ICMS atribuído apenas ao estabelecimento Matriz. Alega que após verificação da inconsistência e aguardo a finalização dos trabalhos da fiscalização, de forma espontânea, entrou com processo de Retificação de Documento de Arrecadação DAE ICMS através do processo de nº. 006170/2017-8 em 12/01/2017 requerendo a transferência do pagamento efetuado pela inscrição 83.979.194 para 83.979.310, assim não há débitos em aberto para esta nota.

- Nota Fiscal de nº 422.804 – Informa que o valor da substituição devida na nota fiscal foi recolhido conforme §1º do art. 1º do Decreto 11.872/09. O valor de ICMS-ST devido, pela fiscalização, foi de R\$1.882,64. Foi atribuído o dispositivo do §2º do art. 1º do referido Decreto, onde faculta ao contribuinte optar pela forma simplificada de cálculo apurando o valor de 16% sobre o total do produto que seria R\$11.391,49 x 16% = R\$1.882,64. Explana que conforme a legislação faculta a escolha da forma de cálculo, a Notificada escolheu que seria através do PMC e foi recolhido tempestivamente.
- Nota Fiscal de nº 57.659 – Esclarece que o valor da substituição devida na nota fiscal foi recolhido pelo fornecedor conforme destaque no próprio documento fiscal. O fornecedor utilizou a atribuição do Protocolo ICMS 105/2009 onde transfere a responsabilidade do recolhimento nas operações entre os Estados de São Paulo e Bahia ao estabelecimento do remetente da mercadoria, mesmo sabendo que o destinatário é o portador do Termo de Acordo com o fisco destino. Solicitou o comprovante do fornecedor que segue anexo para confirmar a veracidade do recolhimento.

Aponta que no mérito em posse das informações e motivações que impulsionam o pedido, verifica-se que o estabelecimento da empresa cumpre todos os requisitos do dispositivo da legislação que confere a legitimidade da solicitação.

Finaliza solicitando a desconsideração integral da infração.

Os Notificantes, em sua Informação Fiscal (fls. 35 e 36), pronunciam em relação às notas fiscais:

- ✓ Quanto à Nota Fiscal de nº 400.787 – Informam que o Processo de nº 006170/2017-8 de 12/01/2017 no qual a Notificada requer a transferência do pagamento efetuado pela inscrição 83.979.194 para 83.979.310 foi indeferido pelo setor competente da SEFAZ/SAT/DA/METRO, conforme consta nas fls. 37 e 38 que foi anexado ao presente processo.
- ✓ Quanto à Nota Fiscal de nº 422.804 – Registram que fora juntado cópia do DANFE para comprovar que a Notificada se enganou quanto ao valor do crédito do item. Afirmam que o crédito destacado na nota é de R\$455,66 e não de R\$797,40 conforme comprovante em anexo à folha 41.
- ✓ Quanto à Nota Fiscal de nº 57.659 – Complementam que a Notificada juntou à folha 33, guia que comprova o recolhimento do ICMS ST por parte do remetente da mercadoria sediado no Estado de São Paulo, ficando, portanto, reduzido o valor do débito apurado em R\$262,17.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em 22/12/2016 exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$2.966,55 mais multa de 60%, equivalente a R\$1.779,93 e acréscimo moratório no valor de R\$124,30 perfazendo um total de R\$4.870,78 em decorrência do cometimento de uma única infração (07.01.01) de deixar de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior. O período apuratório se fez no mês de julho 2016.

O enquadramento legal utilizado baseou-se no artigo 8º, inciso II e §3º do art. 23 da Lei nº 7.014/96, c/c art. 289 do RICMS publicado pelo Decreto de nº 13.780/2012 e multa tipificada no art. 42, inciso VII, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que apesar de não ter sido arguida questão específica de nulidade, o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada

violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

A Notificada, em diminuta síntese de sua impugnação, alega que em relação à Nota Fiscal de nº 400787 o ICMS a título de Substituição Tributária foi efetuado no prazo, porém de forma incorreta, e que após verificação da inconsistência entrou com processo de Retificação de Documento de Arrecadação (DAE) ICMS, requerendo a transferência do pagamento efetuado pela Inscrição Estadual nº 83.979.194 para 83.979.310; Já em relação à Nota Fiscal de nº 422804 Informa que o valor da substituição devida na Nota Fiscal foi recolhido conforme Decreto 11.872/09, que faculta a escolha da forma de cálculo, tendo escolhido que seria através do PMC e foi recolhido tempestivamente; E, em relação à Nota Fiscal de nº 57.659, o valor da substituição foi recolhido pelo fornecedor que utilizou a prerrogativa do Protocolo ICMS 105/2009, e anexa o comprovante fornecido para confirmar o recolhimento.

Já os Notificantes, em sua Informação Fiscal diz em relação à Nota Fiscal de nº 400.787 que a transferência do pagamento efetuado pela inscrição 83.979.194 para 83.979.310 foi indeferido pelo setor competente da SEFAZ/SAT/DAT/METRO, sobre a Nota Fiscal de nº 422.804 que a Notificada enganou-se em relação ao crédito do item destacado na nota é de R\$455,66 e não de R\$797,40 e no tocante à Nota Fiscal de nº 57.659 reconhece o recolhimento do ICMS-ST por parte do fornecedor através do comprovante acostado pela Notificada, reduzindo o valor do débito em R\$262,17.

Verifiquei, que a lide desta notificação trata-se da Notificada ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição em relação às mercadorias constantes nas Notas Fiscais de nºs 400.787, 422.804 e 57.659. Ato contínuo acato o acolhimento, tal qual reconhecido pelos Notificantes, do recolhimento do ICMS-ST por parte do fornecedor da Nota Fiscal de nº 57.659.

Averiguei, em relação à Nota Fiscal de nº 400.787, tal qual exposto pelos Notificantes, que o pedido feito à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ solicitando o desmembramento do pagamento do ICMS-ST entre Inscrições Estaduais da Notificada e da Filial (fl. 29) fora indeferido pela SEFAZ (fls. 38 e 39) mantendo, portanto, a infração sobre esta nota.

Observei, em relação à Nota Fiscal de nº 422.804, que os Notificantes tiveram desvelo ao verificar, em seus cálculos, a opção mais benéfica à Notificada, dispostas nos §§ 1º e 2º do Decreto 11.872/09 (Dispõe sobre o regime especial de tributação nas aquisições de produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário efetuadas por distribuidor de medicamentos localizados neste Estado) quando da opção pela aplicação do § 2º, com o condicional de que o valor apurado não fosse inferior a 3% do preço máximo de venda a consumidor, conforme apresentado por estes à Notificada (fl. 04), mantendo assim a infração sobre esta nota, também em sua totalidade.

Logo, nos termos expendidos, o novo Demonstrativo de Débito resulta na diminuição do débito da infração de R\$2.966,55 para R\$2.704,38 e concluo pela subsistência parcial da infração.

NF Nº	DATA NF	CRITÉRIO DO TA	RECOLHIDO	A RECOLHER
400.787	04/06/2016	R\$2.580,97	0,0	R\$2.580,97
422.804	15/07/2016	R\$1.822,64	R\$1.699,23	R\$123,41
TOTAL		R\$4.403,61	R\$1.699,23	R\$2.704,38

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, a Notificação Fiscal nº **299130.3008/16-6**, lavrada contra **SPECIAL PHARMUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.704,38**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de maio de 2021

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR